

Braggio, Ana Karine; Fiuza, Alexandre Felipe

O movimento estudantil paranaense e as experiências do exílio no Cone Sul

I Jornadas de Trabajo sobre Exilios Políticos del Cono Sur en el siglo XX

26, 27 y 28 de septiembre de 2012

CITA SUGERIDA:

*Braggio, A. K.; Fiuza, A. F. (2012). O movimento estudantil paranaense e as experiências do exílio no Cone Sul [en línea]. I Jornadas de Trabajo sobre Exilios Políticos del Cono Sur en el siglo XX, 26, 27 y 28 de septiembre de 2012, La Plata, Argentina. En Memoria Académica. Disponible en:
http://www.memoria.fahce.unlp.edu.ar/trab_eventos/ev.2541/ev.2541.pdf*

Documento disponible para su consulta y descarga en **Memoria Académica**, repositorio institucional de la **Facultad de Humanidades y Ciencias de la Educación (FaHCE)** de la **Universidad Nacional de La Plata**. Gestionado por **Bibhuma**, biblioteca de la FaHCE.

Para más información consulte los sitios:

<http://www.memoria.fahce.unlp.edu.ar>

<http://www.bibhuma.fahce.unlp.edu.ar>



Esta obra está bajo licencia 2.5 de Creative Commons Argentina.
Atribución-No comercial-Sin obras derivadas 2.5



O movimento estudantil paranaense e as experiências do exílio no Cone Sul

Ana Karine Braggio y Alexandre Felipe Fiuza
Universidade Estadual do Oeste do Paraná, Brasil
anakarinebraggio@hotmail.com; alefiuza@terra.com.br

A pretensão deste trabalho é a de analisar a partir dos documentos da Delegacia de Ordem Política e Social do Estado do Paraná (DOPS/PR) como a polícia política estava agindo na atividade de vigilância e repressão às ações estudantis antes e depois do golpe, focando as experiências dos estudantes que se exilaram no Cone Sul. Nosso enfoque recai sobre os estudantes que organizados através do movimento estudantil, desde o final da década de 1950 e início de 1960, demonstraram-se envolvidos com o amplo projeto em defesa do nacionalismo que abarcava vários movimentos sociais, desenvolvendo ações políticas e culturais em resposta ao contexto conflitante que envolvia questões sociais, econômicas, políticas, ideológicas e partidárias.

As mobilizações e ações do movimento estudantil antes do golpe civil-militar¹ aconteciam em defesa da reforma universitária e das demais reformas de base, entrando na dinâmica de contestação do capitalismo. Os estudantes visavam o progresso da nação numa “[...] perspectiva humanista de justiça social, onde o homem brasileiro [pudesse] sair deste pauperismo que o esmaga”, e desvincular-se do “[...] liberalismo econômico antihumano e necessariamente antidemocrático [...]”, que lhe foi imposto pela adesão política, econômica e ideológica do país ao capital exterior, e contribuiu para colocar o mesmo na posição de subdesenvolvido.² O objetivo então era conscientizar o povo para uma possível sustentação econômica e política que fosse independente do capital estrangeiro. A esperança surgia na idéia de transformação da cultura brasileira, como meio de organizar as classes sociais de forma consciente e politizada, para então, pelas mãos do povo, preparado para sua atuação política, serem redefinidas as relações de poder consideradas tradicionalmente autoritárias, e conduzir o futuro da nação de modo humanitário e não alienado.

A reivindicação por uma sociedade mais justa e humanitária não se reduziu somente ao movimento estudantil, vários grupos populares, movimentos operários e de trabalhadores do campo

¹ Utilizamos o termo civil-militar quando nos referimos ao golpe de 1964-1984, pois compreendemos que sua instauração não foi interesse somente dos militares, visto que eles contaram com o apoio da classe dominante.

² As citações foram extraídas de um recorte de jornal sem identificação, datado de 20/07/1963 (anotação manual), que apresenta o texto da Carta de Princípios da Bancada do Paraná a ser enviada ao XXVI Congresso da UNE. Departamento de Arquivo Público do Paraná. Arquivo DOPS, União Paranaense de Estudantes 1965, pasta 2325 topografia 263.

também entraram na dinâmica de contestação, por conta das contradições e dos conflitos de classes que se acentuaram na década de 1960, em resposta às intensas crises político-institucionais e crises econômico-financeiras pelas quais passava o Brasil. O fato é que as reivindicações populares e a quebra da hierarquia e disciplina nas Forças Armadas foram vistas como desestabilizadoras da ordem hegemônica, enfraquecendo o consenso que até então assegurava com maior peso a ordem na sociedade civil, ao ponto de que a elite dominante e os militares do alto escalão viram-se na necessidade de compensar a falta de consenso aumentando o uso da coerção, através da instauração da “revolução” no ano de 1964. Como aponta um documento do Centro de Informações da Marinha (CENIMAR) de agosto de 1965³, “as greves se sucediam, provocando o afundamento do país numa crise econômica de difícil solução; as forças armadas que ainda representavam as reservas morais desta nação viram-se abaladas em sua hierarquia e disciplina. [...]”. (CENIMAR, 1965, p.7).⁴

Assim, oito dias após o golpe os três ministros militares – da Guerra, da Marinha e da Aeronáutica – assinaram o primeiro Ato Institucional como meio ‘legal’ de respaldar a “revolução”, passar o poder para as mãos do primeiro presidente militar, general Castelo Branco, e prever a instauração de Inquéritos Policiais Militares (IPM) para apurar os crimes de ordem política e social. (ALVES, 2005, p.64-6). Como aponta um recorte⁵ do jornal Folha de Londrina, “[...] após a divulgação dos primeiros 100 punidos pelo movimento militar e a edição do Ato Institucional número 1, começou a caça às bruxas: perseguições políticas, inquéritos policiais-militares, casas saqueadas, violência desenfreada. [...]”. (fev. 1979).⁶

Ainda no documento da CENIMAR, a mesma aponta a necessidade de o novo regime mostrar ao povo que:

[...] as soluções do governo deposto eram fictícias, é preciso mostrar que *realmente* havia subversão e corrupção corroendo as bases democráticas do país, é preciso mostrar, por exemplo, que o meio estudantil estava minado; com a adesão dos estudantes, teriam os agitadores profissionais um ponto de apoio fabuloso para levar o Brasil à crise total, com a implantação de um novo regime [o comunismo], que aí sim, viria apenas beneficiar a alguns poucos privilegiados, em detrimento de uma maioria esmagadora que perderia todos os seus direitos, tendo inclusive o seu

³ Neste documento a CENIMAR faz uma análise a partir dos documentos apreendidos na sede da União Nacional dos Estudantes (UNE) para comprovar sua tese de que a UNE era subversiva.

⁴ Departamento de Arquivo Público do Paraná. Arquivo DOPS, União Paranaense de Estudantes 1965, pasta 2325 topografia 263.

⁵ É o recorte de uma propaganda do livro “*Os exilados: 5 mil brasileiros a espera da Anistia*” de Cristina Pinheiro Machado.

⁶ Departamento de Arquivo Público do Paraná. Arquivo DOPS, Retorno dos Exilados e Banidos, pasta 1709a topografia 205.

trabalho escravizado. (gripo do autor) (CENIMAR, 1965, p.2).⁷

Deste modo o novo regime sobre a bandeira do anticomunismo e respaldado pela legitimação da ideologia da Segurança Nacional criou e modificou agências de informações voltadas para a defesa do Estado, acentuando as atividades dos órgãos da polícia política que investigavam, censuravam e reprimiam os indivíduos considerados subversivos. E entre eles estavam os estudantes, que de acordo com o documento da CENIMAR eram “manobrados por agentes comunistas internacionais” para ampliação da força revolucionária, onde estariam usando a reforma universitária apenas como “um mero retoque de fachada”, conseguindo inclusive apoio de movimentos da juventude católica, pois segundo os militares, encíclicas Papais foram deturpadas em suas finalidades dando a impressão que a Igreja Católica aprovava os movimentos liderados pela UNE. E com isso, grande número de jovens, antes indecisos, foram levados a acreditar que todos aqueles ideais eram verdadeiros. [Que] apenas as classes dominantes, impediam o progresso do Brasil em benefício de seus próprios interesses (CENIMAR, 1965, p.9).⁸

Aumentaram-se assim as atividades de vigilância sobre o movimento estudantil durante o regime militar, porém os estudantes não desistiram de suas lutas, inclusive abraçaram mais uma: lutar contra a ditadura defendendo a volta da democracia. Mesmo com sua entidade máxima, a União Nacional dos Estudantes (UNE), extinta logo após o golpe, os estudantes continuaram realizando congressos e reuniões e relembrando as lutas da instituição. Para os militares eram indícios de que os antigos agitadores estavam agindo por trás dos bastidores e precisavam ser detidos, para assim garantir a liberdade dos bons estudantes, a “[...] liberdade de poder estudar em paz, de ampliar seus conhecimentos sem se preocupar com problemas que não são seus. [...]” (CENIMAR, 1965, p.10). Assim, couberam aos órgãos competentes da polícia afastar do convívio estudantil aqueles maus estudantes agitadores, precisando

[...] ficar alerta para se evitar o retorno de um antigo estado de coisas, e conseqüentemente o retorno de cidadãos que tudo farão para reconquistar suas antigas regalias. *Para tais elementos não pode haver mais lugar em todo território nacional.* Para eles não interessava de maneira nenhuma o bom desenvolvimento do Brasil. Como autômatos que eram, apenas cumpriam as ordem de seus senhores. (gripo nosso). (CENIMAR, 1965, p.10).⁹

⁷ Departamento de Arquivo Público do Paraná. Arquivo DOPS, União Paranaense de Estudantes 1965, pasta 2325 topografia 263.

⁸ *Ibidem.*

⁹ *Ibidem.*

Um dos meios de afastar e eliminar esses elementos indesejados ao novo regime foi através do exílio, que poderia ser formal, quando o indivíduo era banido do país, ou informal, quando o indivíduo se via obrigado a sair para garantir sua sobrevivência, devido às perseguições e ameaças que sofria do aparelho repressor. Exilar-se por decisão própria não era sinônimo de fuga dos problemas ou de recuo à luta (como muitos pensavam¹⁰), mas o meio encontrado para manter-se vivo, pois se militantes considerados subversivos ficassem no país durante a ditadura poderiam ser presos, torturados e até mesmo mortos. A experiência do exílio foi vivida por vários membros de movimentos reformistas revolucionários que manifestavam seus desejos por melhoria das condições sociais através de projetos políticos, planejados antes do golpe civil-militar e por ele adiados. (ROLLEMBERG, 1999, p.44). Assim,

[...] começaram a funcionar os primeiros ‘governos brasileiros no exílio’, compostos de homens que faziam parte do governo de João Goulart ou que, por motivos políticos, tiveram que sair das fronteiras brasileiras para escapar a perseguição policial. Primeiro no Uruguai, depois no México, na Bolívia e no Chile, foram estabelecendo as colônias de exilados à espera de que um dia caísse o governo militar e famílias inteiras pudessem voltar para seus lares. E, na continuação, mais brasileiros saíam do País, para se estabelecer também na França e Inglaterra: professores, líderes sindicais, estudantes e políticos cassados (Folha de Londrina, fev. 1979).¹¹

Fato é que apesar de encontrarem maiores dificuldades de luta durante a ditadura, os estudantes não deixaram de desenvolver um papel expressivo, que podemos observar na quantidade de estudantes presos que foram trocados por embaixadores sequestrados no Brasil. Nos documentos da DOPS/PR tivemos acesso a listagem dos elementos banidos na troca de dois embaixadores, ao qual pudemos constatar que média de 32% deles eram estudantes: no caso do sequestro no embaixador alemão, Ehrenfried Anton Theodor Ludwig Won Hollebem, em junho do ano de 1970, foram trocados 40 presos políticos, aonde 13 eram estudantes.¹² E no caso do sequestro do embaixador suíço Giovanni Enrico Bucher, em janeiro do ano de 1971, foram trocados 70 presos políticos, aonde 22 eram estudantes.¹³ O que comprova a existência de estudantes brasileiros exilados.

Porém, mesmo no exílio os indivíduos ainda poderiam estar sob vigilância, os que se asilavam,

¹⁰ Inclusive havia uma hierarquia entre os exilados que foram expulsos do país e os que optavam pelo exílio, que eram chamados de “desbundados”. (ROLLEMBERG, 1999, p. 103-4).

¹¹ Departamento de Arquivo Público do Paraná. Arquivo DOPS, Retorno dos Exilados e Banidos, pasta 1709a topografia 205.

¹² Departamento de Arquivo Público do Paraná. Arquivo DOPS, Elementos banidos, pasta 900 topografia 111.

¹³ Departamento de Arquivo Público do Paraná. Arquivo DOPS, Elementos banidos, pasta 901 topografia 111.

principalmente em países vizinhos, ainda corriam o risco de estarem sendo alvo dos serviços de espionagem, pois a “[...] nova função [do Estado] deveria ser o combate ao inimigo interno, estivesse ele onde estivesse, ou seja, dentro das fronteiras do Estado ou fora delas. [...]” (PENNA FILHO, 2009, p.46). Para este fim, o de eliminar os militantes comunistas¹⁴, o Ministério das Relações Exteriores pôde contar após o ano de 1966, com o Centro de Informações do Exterior (CIEEX), órgão que funcionava vinculado ao Serviço Nacional de Informações (SNI), ao Centro de Informações do Exército (CIE), ao Centro de Informações da Marinha (CENIMAR) e ao Centro de Informações e Segurança da Aeronáutica (CISA), com a função de “[...] monitorar, vigiar e seguir os passos dos exilados brasileiros que ainda estavam na atividade política e não aceitavam a nova ordem, abastecendo a dita comunidade nacional de informações a par do que acontecia no exterior. [...]” (PENNA FILHO, 2009, p.46).

Antes do CIEEX o monitoramento dos exilados acontecia principalmente através das embaixadas brasileiras. Como é o caso de uma lista com 26 nomes de asilados brasileiros que deixaram o território do Uruguai, repassada verbalmente para a Delegacia de Polícia Marítima, Aérea e de Fronteiras (DPMF) pela embaixada de Montevidéu em 1965.¹⁵ Inclusive, na embaixada brasileira no Uruguai, no segundo semestre do ano de 1964 já transitava um informante da DOPS do Rio Grande do Sul. (PENNA FILHO, 2009, p.51). Fatos que dificultavam ainda mais a retomada dos militantes exilados aos seus projetos sociopolíticos e à luta contra a ditadura, que ainda tinham que enfrentar os empecilhos impostos pelo próprio exílio.

Este órgão de investigação, o CIEEX, funcionava sob uma base de arquivamento para armazenamento e troca de informações, assim como as DOPS que funcionavam no interior do país, desde o período da fase democrática. A DOPS como um serviço de segurança pública, na função de manter a ordem política e social, intensificou suas atividades de vigilância, repressão e censura após o golpe civil-militar a muitos indivíduos e organizações que se demonstrassem perigosos para a Segurança Nacional, assim os que já eram passíveis de vigilância política antes mesmo do golpe, como o caso do movimento estudantil, agora precisavam ser fortemente combatidos e neutralizados. Todas as atividades realizadas pela DOPS foram baseadas nas informações que possuíam e armazenavam no seu sistema de Arquivos. Por sua vez, a produção de informações esteve eivada de parcialidade e voltada diretamente à construção e invenção do inimigo político do Estado. Tal fabricação de provas, portanto, deve ser colocada frequentemente em suspeição, visto que os documentos, principalmente as informações contidas nos recortes de jornais passavam por dois filtros: o filtro da censura à imprensa, onde algumas matérias eram proibidas de ser publicadas e o

¹⁴ Comunista estava sendo usado no sentido de oposição ao regime e não necessariamente a uma filiação partidária.

¹⁵ Departamento Estadual de Arquivo Público. Arquivo DOPS, Asilados políticos, pasta 42, topografia 6, datada de 1957-1982.

filtro policial que selecionava e recortava algumas reportagens consideradas subversivas para ser anexadas às pastas da DOPS. (SCHMITT, 2011, p.92-3). Além disto, é imprescindível considerar que houve documentos da DOPS “extraviados”¹⁶, o que contribuiu para distorcer ainda mais a realidade em questão. Ou seja, não é possível tomar os documentos arquivados pela DOPS como verdades absolutas, não podendo ser considerados plenamente de confiança, porém é preciso levá-los em consideração.

Entre os 2.378¹⁷ dossiês da DOPS catalogados rastreamos através do título dos mesmos, os que tratariam dos exilados, não nos restringindo, no primeiro momento, aos que tratassem de casos específicos de estudantes paranaenses, e conseguimos localizar 9 pastas com títulos que remetem ao exílio, considerando suas palavras similares, como banidos, asilados e expulsos. As pastas encontradas são assim intituladas: asilados políticos¹⁸; elementos banidos A; elementos banidos B; exilados subversivos; expulsos do país¹⁹; presos políticos banidos; retorno de exilados; retorno de exilados e banidos A; e retorno de exilados e banidos B. Além destas 9 pastas temáticas selecionadas, ou seja, que são organizadas por assunto, há a existência de pastas individuais e também de fichas individuais, que quando temos o nome dos indivíduos de nosso interesse podemos ter acesso as mesmas.

As pastas temáticas contêm documentos dos mais diversos, têm fotografias dos exilados, recortes de jornais, pedidos de busca e apreensão, relatórios, documentos de trocas de informações dos órgãos da polícia política, entre instituições nacionais (que respondem diretamente a Presidência da República, como o Serviço Nacional de Informações – SNI), estaduais (que respondem ao governo Estadual, como a DOPS/PR) e militares (que respondem às Forças Armadas), bem como trocas da DOPS estadual para com as regionais subdivisões policiais e delegacias do interior do Estado.

A título de exemplo, na pasta dos “*Asilados Políticos*” encontramos um documento enviado pela agência curitibana do SNI para a DOPS/PR no dia 16 de junho de 1967, solicitando a averiguação das informações que obtiveram sobre indícios de asilados brasileiros estarem transportando armas para um sítio uruguaio próximo a fronteira com o Brasil, para serem usadas em

¹⁶ Dos trinta arquivos existentes na Subdivisão de Informações da Polícia Civil em 1991, vinte e três foram transferidos para a estrutura do Departamento Estadual de Arquivo Público, onde ficaram conhecidos pela denominação de acervo da DOPS, os outros sete ficaram sob domínio da polícia após realizarem uma triagem e alegarem conter documentos de interesse para o combate à criminalidade. (RONGAGLIO, SZVARÇA E BOJANOSKI, 1998, p.42).

¹⁷ 2.378 dossiês sem considerar que alguns dossiês possuem mais de uma pasta, por exemplo, o dossiê “*Retorno de Exilados e Banidos*” sob o número 1709 possui duas pastas 1709a e 1709b.

¹⁸ Esta pasta além de trazer informações dos brasileiros exilados também traz informações sobre asilados de outras nacionalidades presentes no Brasil, pois assim como os subversivos brasileiros poderiam ser considerados os inimigos do Estado, os estrangeiros também poderiam ser “elementos perigosíssimos”.

¹⁹ Analisando esta pasta percebe-se que não trata de brasileiros expulsos, mas de estrangeiros expulsos do Brasil. Porém deixamos ela entre as 9 pastas visto que a seleção havia sido feita pela nomenclatura das mesmas, e o termo expulso pode ser entendido como sinônimo de banido.

possíveis ações de guerrilhas e que uma destas estaria se concentrando no sudoeste do Paraná. Onze dias após o delegado da DOPS/PR, Ozias Algauer, repassa a mensagem para a 5ª Subdivisão Policial sediada na cidade de Pato Branco, solicitando mais informações sobre esse caso, e inclusive pede agilidade na coleta de informações, “[...] em virtude de ser uma solicitação do Serviço Nacional de Informações da Presidência da República”, o que nos conota a observar a hierarquia existente entre estes órgãos. Assim, no dia 20 de julho o superintendente da 5ª subdivisão responde para a DOPS, avisando que visitou 6 municípios e conversou diretamente com os delegados de polícia, que nada sabiam sobre armas e ações guerrilheiras, mas ficariam na vigilância.²⁰

Nesta mesma pasta podemos observar que a vigilância dos órgãos repressivos também se estendia sobre os parentes e amigos dos exilados. Há um pedido de informação do SNI, de 1967, sobre a veracidade de que na cidade de Londrina havia um grupo de pessoas enviando auxílio em dinheiro para os asilados brasileiros no Uruguai, inclusive apresentaram uma lista dos possíveis participantes deste grupo.²¹

Outro caso interessante sobre a repressão que sofriam os parentes dos exilados políticos é a carta da esposa de um exilado, publicada no jornal Folha de São Paulo no ano de 1978, relatando sobre as dificuldades impostas pelo governo brasileiro para emissão de passaportes para ela e suas 4 filhas, como diz Ingeborg Maria Wesp Schilling:

Logo depois do 1º de abril de 1964 os consulados de nosso País foram instruídos no sentido de negar todo e qualquer documento ou atenção aos asilados brasileiros. A medida era totalmente ilegal e arbitrária, [...] a norma resultava particularmente injusta já que se estendia aos familiares dos refugiados. Os consulados têm ordem de não considerar nenhum pedido de esposas e filhos – inclusive menores dos mesmos. O que constitui um retorno aos mais duros códigos da Antiguidade: castigar os filhos pelos “crimes” cometidos pelos pais. (SCHILLING *apud* FOLHA DE SÃO PAULO, jul. 1978).²²

O resultado disto foi a clandestinidade da família inteira, que a 14 anos estava apátrida, como diz Schilling “[...] para o governo brasileiro, simplesmente não existíamos. E continuamos não existindo [...]” (Folha de São Paulo, jul. 1978).²³

Para o governo as dificuldades de obtenção de documentos, que se tornavam reclamações cada vez mais frequentes, não eram condizentes com a realidade. Em 21 de fevereiro de 1978 em uma

²⁰ Departamento Estadual de Arquivo Público. Arquivo DOPS, Asilados políticos, pasta 42, topografia 6, datada de 1957-1982.

²¹ *Ibidem.*

²² *Ibidem.*

²³ *Ibidem.*

entrevista a professora Arminda Bergamini Miotto, assessora de Assuntos Penitenciários do Ministério da Justiça esclarece para o Jornal do Brasil, que “não há problema para obter passaporte. Só é procurar as embaixadas. Mediante certas formalidades, eles serão concedidos.” E também afirma que não existem apátridas e exilados: “Não existe exilado. Existe o banido. Esses que se dizem apátridas nos países onde chegam é mais para conseguir documentos para fazer até turismo. [...]” (MIOTTO *apud* JORNAL DO BRASIL, 21 de fev. 1978).²⁴ Neste mesmo jornal de dois dias antes a informação é a seguinte:

com a nota divulgada pelo Governo, a questão ficou esclarecida: ninguém além dos banidos está fora do país por vontade das autoridades. Aqueles que não estão sendo processados nem foram condenados podem retornar quando quiserem. Os outros, se retornarem, deverão cumprir as penas ou as obrigações fixadas pela lei. [...] (JORNAL DO BRASIL, fev. 1978).²⁵

Esta foi uma questão polêmica na época, no jornal O Estado de São Paulo dois dias após a entrevista da assessora do Ministério da Justiça, o professor Dalmo Dallari, presidente da Comissão de Justiça e Paz de São Paulo informa que

A intenção do governo ao afirmar que dará um ‘título de nacionalidade’ a todos os brasileiros residentes no exterior que quiserem regressar ao Brasil é de criar condições para que apenas alguns brasileiros retornem ao País, ao mesmo tempo que cria uma aparência de atitude justa, pois muitos acreditarão que só permanecerão fora os que forem realmente criminosos. [...] (DALLARI *apud* O ESTADO DE SÃO PAULO, fev. 1978).²⁶

Com esses depoimentos podemos observar uma das várias contradições que sempre estiveram presentes na história do exílio, claro que os exilados pretendiam retornar ao seu país, como diz Rollemberg “é a idéia do retorno que torna suportável a partida. [...]” (1999, p.266), porém voltar não era uma questão simples, de mero retorno a um lugar físico, pois havia muito receio e incerteza entre os exilados que prudentemente preferiam esperar o desenrolar dos acontecimentos, já que as lembranças de prisão e de torturas ainda estavam frescas na memória, até mesmo após a aprovação da Lei da Anistia de agosto de 1979 (ROLLEMBERG, 1999, p.263-71).

Houveram casos de exilados retornando ao país antes da aprovação da anistia, mas era uma

²⁴ Departamento Estadual de Arquivo Público. Arquivo DOPS, Exilados subversivos, pasta 957, topografia 117, datada de 1977-1980.

²⁵ *Ibidem*.

²⁶ *Ibidem*.

situação arriscada, por exemplo, uma ex-líder da UNE, Catarina Meloni, em janeiro de 1978 resolveu retornar do exílio de 9 anos junto com o marido e dois filhos. Ao desembarcar no aeroporto do Rio de Janeiro foi detida e levada ao presídio de São Paulo onde permaneceu por 8 meses pelo fato da auditoria interpretar que a fuga dela, como de outras pessoas, fazia “[...] ‘supor parcela de responsabilidade nos fatos descritos na peça inicial’.[...]”, ou seja, no inquérito que ela já estava respondendo em 1969 e que em 1971 havia sido condenada à revelia, “[...] e por suposição, só por suposição, todos os revéis foram condenados a um ano de reclusão. [...]” (FOLHA DE SÃO PAULO, ago. 1978). Após oito meses presa, ela foi solta com ajuda de advogado, por falta de provas para comprovar o suposto crime ocorrido antes de seu exílio, e sem qualquer explicação para as torturas que sofreu naquele período.²⁷

Luiz Felipe Ribeiro, que se exilou por conta das acusações do período em que era estudante, também foi recepcionado pela polícia assim como Catarina. Segundo Heller, ele foi o primeiro exilado a retornar do Chile, porém não encontramos entre as pastas que analisamos da DOPS/PR nenhum recorte de jornal ou informe que comente sobre seu retorno. No ano de 1973, a sua condenação já estava prescrita, mas quando chegou ao aeroporto do Rio de Janeiro foi recepcionado pelos militares e então conduzido ao Destacamento de Operações de Informações - Centro de Operações de Defesa Interna (DOI-CODI), onde foi interrogado, oprimido e torturado durante 8 dias, assim ele conta: “[...] vi o inferno da tortura e da opressão, a brutalidade militar dentro de um presídio da União. Tive a felicidade de sair com vida [...] Sofri muito na tortura, mas fiquei com a consciência tranquila de que ninguém sofreu qualquer coisa por delação de minha parte [...]”. (RIBEIRO, *apud* HELLER, 1988, p. 288). Os militares queriam informações sobre quais os brasileiros que ainda estavam em Santiago no Chile.

Luiz desde o início dos anos de 1960 foi alvo de vigilância dos órgãos de repressão. Encontramos seu nome citado na pasta da União Paranaense dos Estudantes (UPE), porém ao verificarmos sua pasta individual há poucos documentos: um pedido da CENIMAR dirigido à DOPS/PR, datado de 9 de janeiro de 1973, solicitando “uma foto e a qualificação do marginado”, e no verso do mesmo, está escrito a mão que o serviço da DOPS ainda não possuía foto do nomeado; num segundo documento de nove dias posteriores a DOPS registra um histórico do pedido de fotografia e qualificação de três pessoas, sendo elas: Arnaldo Agenor Bertone, Beluce Belucci, e o Luiz Felipe Miranda de Souza Ribeiro, que provavelmente é seu nome completo, visto que não poderia se tratar de outra pessoa, já que ao lado está a informação que o indivíduo estudava direito da UFPR; existe uma foto arquivada nesta pasta, porém não há informação que seja realmente o

²⁷ Departamento Estadual de Arquivo Público. Arquivo DOPS, Retorno de exilados e banidos, pasta 1709a, topografia 205.

Luiz Felipe, visto que também tem uma ficha do Arnaldo Agenor Bertone nesta mesma pasta.²⁸

No ano de 1964, Luiz estava no quinto ano do curso de Direito da Universidade Federal do Paraná (UFPR), e teve que largar os estudos logo após o golpe. Fugindo do estado do Paraná por conta da repressão, foi para o estado do Rio de Janeiro, depois quando condenado pelo Superior Tribunal Militar (STM) em 1968 por dois anos e meio de reclusão, exilou-se, durante 5 anos, primeiro no Uruguai e depois no Chile. (HELLER, 1988, 285-7).

Após o golpe de 1964 ele teve que responder a um IPM, que o acusava de participar de atividades subversivas antes mesmo do golpe, como a campanha “*O Petróleo é Nosso*”, a participação no comitê pró-eleição do Marechal Lott, e outras atividades que quando ocorreram eram absolutamente legais. (HELLER, 1988, p.287).

O que mais conturbou Luiz Felipe foi o fato de que o Conselho Universitário não esperou a conclusão do IPM para puni-lo, sem saber se ele era culpado ou não, sem dar direito de defesa e sem ter provas conclusivas, expulsou-o da universidade através de uma suspensão por 3 anos. O que mostra a força da censura policial na hegemonia da sociedade, aonde inclusive o professor que liderou a decisão do conselho era um estudioso das leis de direito penal. A repressão não se resumiu apenas aos estudantes. A universidade abdicou de sua autonomia, aceitando as teses sobre a segurança nacional e puniu também os professores. Inclusive o mesmo conselho universitário que o expulsou da universidade, criou uma norma de que nenhum professor citado em IPM poderia ser paraninfo ou orador nas formaturas. (HELLER, 1988, p.285).

Luiz estava sendo vítima dos órgãos de repressão por ter desenvolvido atividades políticas enquanto estudante, antes do golpe civil-militar. Ele havia sido assessor de três diretorias da UPE e membro estudantil do Comando Geral dos Trabalhadores (CGT) do Paraná, e por isso apresentava-se como uma ameaça a ordem social e política. (HELLER, 1988, p.285). Encontramos na pasta da UPE documentos que comprovam a participação de Luiz Felipe Ribeiro no movimento estudantil. Durante o XXVI Congresso Nacional dos Estudantes de 1963, – o último CNE realizado em regime de liberdade democrática, que ocorreu em Santo André (SP) – ele foi orador da bancada do Paraná e secretário-regional do Encontro Nacional de Estudantes de Direito. Na mesma pasta há uma relação de alunos de diversos cursos da UFPR pertencentes aos esquemas da UNE, do CGT, e do governo deposto, entre os citados encontra-se o nome de Luiz com a informação de que era membro do Partido Comunista (PC). Porém, é interessante destacar que num outro documento seu nome está numa lista de indivíduos que estavam ocupando a sede do Diretório Central dos Estudantes (DCE) no dia 1º de abril de 1962, onde são tachados de elementos filocomunistas, termo que se refere àqueles indivíduos que apenas se simpatizavam com o comunismo, mas não eram militantes

²⁸ Departamento Estadual de Arquivo Público. Arquivo DOPS, Pasta Individual Luiz Felipe Ribeiro, pasta 2445.

comunistas ativos, pois estes eram os diretamente vinculados ao PC, e em nenhum momento de nossa pesquisa encontramos documentos que comprovem que Luiz foi integrante do PC.²⁹

No ano de 1968, Luiz Felipe foi condenado e sua reação foi fugir do país. Não encontramos nenhum relato do mesmo contando sua trajetória do Uruguai, já sobre seu período no Chile ele comenta com Heller (1988, p.287), que conseguiu ser professor da Universidade Católica e viveu uma experiência inesquecível de um governo de unidade popular que era o de Salvador Allende, onde conta com orgulho que teve a honra que conhecê-lo pessoalmente.

Segundo Luiz o Chile era “[...] uma ilha de democracia no continente [...]”, onde pôde conviver e aprender muito com “[...] exilados uruguaios, argentinos, colombianos, venezuelanos e peruanos, porque a ditadura grassava na América do Sul. [...]”. (RIBEIRO *apud* HELLER, 1988, p.287). Porém não demorou muito e o Chile também foi atingido pela ditadura, no dia 11 de setembro de 1973 o governo Allende foi derrubado sucedendo-se meses de medo e terror, e o país que até então era de acolha aos exilados e de exemplo de democracia transformou-se num pesadelo,

[...] as *poblaciones*, bairros operários de periferia, identificadas como reduto das esquerdas, foram palco de um desigual combate que resultou em massacre. Nas ruas da cidade, viam-se corpos. Nos bairros burgueses, animadas festas comemoravam o fim de uma época. O Estádio Nacional transformado em prisão chocou o mundo, até porque dava a dimensão da repressão. [...]. (ROLLEMBERG, 1999, p.170.)

E Luiz assistiu a esta “[...] ferocidade fascista, ao morticínio que se praticou no Chile. Milhares de pessoas fuziladas, a destruição do Palácio La Moneda, que era a catedral política do país. [...]”. (RIBEIRO *apud* HELLER, 1988, p.287).

Outros dois estudantes paranaenses, Nelson Sarathiuk e seu irmão Vítório Sorotiuk³⁰, também estavam no Chile neste momento, porém não conseguiram fugir. Nelson foi preso no dia seguinte ao golpe junto com outro brasileiro que era membro da Ação Popular. Ambos foram levados ao comissariado e no outro dia ao Estádio de Santiago, sempre recebendo pontapés e coronhadas. Seu irmão, Vítório, ficou preso no estádio durante 45 dias, porém não encontramos nenhum depoimento contando como foram estes dias. Já Nelson conta que:

[...] Ali [no estádio] ficamos deitados no chão, durante 24 horas, sem comer, vigiados por

²⁹ Departamento Estadual de Arquivo Público. Arquivo DOPS, União Paranaense dos Estudantes 1965, pasta 2325, topografia 263.

³⁰ Nelson e Vítório são irmãos, porém em nenhuma referência são citamos com os sobrenomes idênticos. Na maioria dos jornais e documentos da DOPS o sobrenome de Vítório é Sorotiuk, porém de Nelson não encontramos nenhum documento ou ficha na DOPS, então usaremos o sobrenome assim como encontramos nas referências.

militares armados. Depois nos levaram para um subterrâneo do estádio para interrogatórios, vendo cadáveres por todos os lados. [...] Queriam saber quem eram os meus companheiros, qual a célula a que pertencíamos, o que estávamos fazendo no Chile, se integrávamos um grupo terrorista. Como não havia nem processo contra mim no Brasil, pedi ao primeiro oficial que vi a assistência do nosso embaixador, achando que assim eu pelo menos ganharia tempo. Apanhei muito porque eu, sendo de ascendência ucraniana, havia feito um chaveiro com um *kopec*. Os militares chilenos diziam que eu estive na Rússia, que fiz treinamento de guerrilha em Cuba, e eu receava ser morto a qualquer momento. Depois de uns dez dias sem comer e sem beber, fui transferido para o Estádio Nacional e lá tive oportunidade de falar com um cônsul brasileiro. (SARATHIUK *apud* HELLER, 1988, p.325).

Porém o cônsul nada teve a ver com o caso do Nelson estava lá por outros motivos. E Nelson permaneceu preso: “[...] No Estádio Nacional fiquei em uma cela com marginais e gente de esquerda, e o Exército fazendo propaganda ideológica, dizendo que o comunismo veio do exterior e que os chilenos eram inocentes.” (SARATHIUK *apud* HELLER, 1988, p.326). Fato que se encaixa perfeitamente com o relato de outro estudante paranaense, Carlos Frederico Marés de Souza Filho, que também estava no Chile: “A gente encontrava nas ruas, jogados por aviões, papéis impressos dizendo: ‘Chileno, se você encontrar um estrangeiro, denuncie à polícia. Ele é um assassino do povo chileno’. [...]”. (SOUZA FILHO, *apud* HELLER, 1988, p.321). Carlos não chegou a ser preso, conseguiu fugir a tempo.

Para maior surpresa de Nelson logo ele passou a ser interrogado pela Polícia Federal Brasileira que estava no estádio, o que inicialmente lhe deu esperanças de que sua situação iria melhorar, porém foi conduzido junto à categoria dos indivíduos que deveriam ser julgados pela Justiça Militar do Chile, momento que ele e seu irmão presenciaram a morte de um estudante brasileiro do estado de São Paulo que não resistiu às torturas e morreu solicitando assistência médica. A Operação Bandeirante (Oban) do Brasil foi ao Chile e torturou brasileiros que haviam sido presos no Estádio Santiago, e como diz Luiz Felipe “[...] o único governo que mandou seus agentes para reprimir dentro do Chile foi o governo brasileiro através da Oban. [...]” (RIBEIRO *apud* HELLER, 1988, p.288).

Alguns dias após, Nelson foi enviado para um acampamento onde se encontravam outros exilados e lá poderiam escolher três países ao qual gostariam de ser enviados, mas antes de sair do estádio Nelson teve que assinar um documento dizendo que havia sido bem tratado e que nada tinha a reclamar do tratamento que lá recebeu (SARATHIUK *apud* HELLER, 1988, p.326).

Nelson era estudante secundarista em 1970 e saiu do interior do estado do Paraná para estudar

na capital e tentar vestibular, foi contratado para trabalhar no Centro Acadêmico (CA) Hugo Simas e se envolveu com elementos de esquerda para acompanhar os passos do irmão, Vitório Sorotiuk, que já havia sido preso em 1967, solto em seguida, depois preso novamente em 1968 condenado por 5 anos e meio. Por conta das visitas constantes que fazia ao irmão na prisão, Nelson “[...] passou a ocupar-se com a assistência aos presos políticos, angariando recursos, roupas, revistas e livros [...]” (HELLER, 1988, p.322). Neste envolvimento conheceu dois irmãos que estavam presos, Leônidas e Leonil Lara, que logo foram soltos, e foi Nelson quem os buscou no presídio Ahu e os levou para a rodoviária. Na rodoviária foram presos pela Polícia Militar e pela Polícia Federal, acusados de contrabando de drogas e envolvimento com terroristas (HELLER, 1988, p.324).

Entre os policiais havia um homem que Nelson conhecia como sendo um estudante, e ninguém desconfiava que ele fosse policial. Os irmãos foram soltos logo em seguida, e Nelson foi conduzido a um interrogatório em que a polícia queria informações sobre as atividades de seu irmão e da sua cunhada, Diva Ribeiro de Lima. Depois do interrogatório Nelson foi solto, mas não quis mais ficar no país, pois sabia que era uma peça marcada. Na mesma noite em que foi solto pegou um ônibus e um trem para chegar ao Uruguai de lá conseguiu um visto, foi para a Argentina e depois para o Chile (HELLER, 1988, p.323-4).

No Chile foi bem acolhido pelos outros exilados. Porém a situação já estava se complicando, a direita já ocupava cargos importantes do governo e em junho de 1973 fez uma lei de controle de armas onde o Exército tinha o aval para percorrer todas as casas, revistar, cadastrar e verificar a existência de armas ou não. Segundo Vitório esta foi uma medida que depois do golpe facilitou a prisão dos exilados, pois a polícia já sabia o endereço de muitos (SOROTIUK *apud* HELLER, 1988, p.303-4). A casa de Nelson foi invadida e a polícia levou seus livros e documentos e iniciou seu processo de expulsão do país. Nelson todos os dias era obrigado a se apresentar ao Ministério do Interior e com apoio de Carlos Frederico Marés de Souza Filho e de outros exilados contratou um advogado para tentar reverter a ordem de expulsão, mas não conseguiu. Porém foi ficando no Chile e no dia 11 de setembro presenciou a destruição do Palácio do Governo, sendo preso e depois enviado para o acampamento de exilados (HELLER, 1988, p.325).

Do acampamento Nelson foi enviado junto com 200 asilados para a Suíça. Chegando lá foram todos “esparramados” pelo território para dificultar o contato, assim foram proibidos de falar em público, de dar entrevistas, de saírem para outras cidades sem autorização do Polícia Federal, não poderiam estudar e os diplomas e profissões não eram reconhecidos. No sexto mês de estadia na Suíça, Nelson foi preso e levado a polícia federal que o informou que seu nome era falso, mas segundo ele não era, e por isso ele poderia ser expulso, por isso decidiu ir para Portugal. Em julho de 1974 foi para Paris onde conseguiu um visto para atravessar a Espanha e só chegou a Lisboa em

dezembro (SERATHIUK, 2011, p.653-4).

Em Portugal conseguiu restabelecer contatos com elementos de esquerda e passou a trabalhar em um jornal, onde conseguiu junto a outros indivíduos se organizar e formar o Comitê pela Anistia Ampla e Irrestrita que permanecia em contato com o Comitê Brasileiro de Anistia. Porém no ano de 1977 a direita começou a ganhar força em Portugal, e Nelson vendo-se na mesma situação que presenciou no Brasil e no Chile novamente fugiu para a Suíça no ano de 1978 onde conseguiu estudar e trabalhar na construção civil. Enquanto exilado sempre foi vítima de racismo e xenofobia, para se ter noção ele havia sido processado por ter ajudado uma mulher equatoriana grávida de 8 meses que teve sua casa incendiada (SERATHIUK, 2011, p.655).

Só em 1980 retornou ao Brasil, encontrando uma situação difícil e dispersa para a esquerda, não conseguiu emprego e voltou para a Suíça onde passou a trabalhar na Cruz Vermelha Internacional ajudando outros refugiados políticos. (HELLER, 1988, p.327-8). Constituiu família e conseguiu ser eleito vereador por três vezes (SERATHIUK, 2011, p.655).

Nelson foi uma exceção de exilado que não quis ficar em seu país de origem, como relatou Carlos Frederico Marés de Souza Filho “[...] não saí como imigrante, mas por razões concretas alheias à minha vontade e desde que saí estou preparado para voltar, como todos os outros exilados” (SOUZA FILHO *apud* CORREIO DE NOTÍCIAS, ago. 1979).³¹

Carlos também foi um estudante paranaense e exilou-se após ter sido condenado em dois IPM, que segundo ele somando as duas condenações dava uma média de oito anos e sem possibilidades de recorrer. Assim sua decisão foi sair do país com sua esposa. Eles foram para o Uruguai, e como praticamente todos os outros exilados imaginavam um retorno breve (SOUZA FILHO *apud* HELLER, 1988, p.320. CORREIO DE NOTÍCIAS, ago. 1979).

No Uruguai, Carlos foi preso várias vezes e achou melhor ir para o Chile logo após a eleição de Allende, num momento em que havia um clima de democracia política e sem restrições aos exilados, que podiam estudar, trabalhar e participar de atividades políticas e culturais. Porém esta situação virou totalmente do avesso com o golpe do general Pinochet aonde os estrangeiros já não eram mais bem vindos. Com medo de se comunicar com outras pessoas ele e a esposa entraram na embaixada da Venezuela, onde ficaram confinados durante 3 meses, mas conseguiram documentos venezuelanos sendo conduzidos em dezembro de 1973 para a Dinamarca, onde permaneceram até 1979 retornando um alguns dias antes da lei da anistia, pois o advogado de Carlos conseguiu fazer com que ele respondesse seu processo em liberdade (HELLER, 1988, p.321).

Quando retornou da Dinamarca ao Brasil, não sofreu o mesmo pesadelo que Catarina e Luiz Felipe, porém também foi recebido no aeroporto de São Paulo com honras militares: o delegado da

³¹ Departamento Estadual de Arquivo Público. Arquivo DOPS, Retorno de exilados, pasta 1708, topografia 205.

DOPS/SP, que não o interrogou. Como relatou Carlos: “[...] apenas deixou claro que a polícia sabia da minha volta e que eu não devia me envolver em atividades políticas. [...]” (SOUZA FILHO *apud* HELLER, 1988, p.322).

O primeiro IPM que havia lhe rendido uma condenação de 2 anos e meio tinha sido instaurado quando ele estava na presidência do DCE da UFPR, onde ingressou no ano de 1965 no curso de Direito. Neste período todos os presidentes de diretórios acadêmicos do Estado fizeram um manifesto contra o Exército, que havia invadido a universidade após manifestações dos estudantes contra o ensino pago e contra a falta de vagas para estudantes aprovados no vestibular, o que causou o enquadramento de todos os que assinaram o documento na Lei de Segurança Nacional (HELLER, 1988, p.320). Para a justiça o manifesto foi interpretado como uma “[...] pressão psicológica antagônica, visando a influenciar ou provar opiniões, emoções, atitudes e comportamentos de animosidade entre a classe estudantil e as Forças Armadas, no caso, o Exército, comprometendo a segurança interna, integrada na segurança nacional” (Jornal³², set. de 1967).³³

Dos 20 estudantes que assinaram o manifesto, quinze foram indiciados e sete foram condenados, ou seja, todos respondiam IPM pelo mesmo crime, porém nem todos foram condenados e entre os condenados as penas eram todas diferentes, havia os condenados por 4 anos assim como outros condenados por seis meses, fato que mostra as arbitrariedades errôneas e dispare que estavam ocorrendo no período. No segundo processo, que se iniciou logo após a sentença do primeiro, Carlos estava sendo acusado de tentar organizar um partido ou um movimento proibido por lei, o que causou sua fuga do país (HELLER, 1988, p.320).

O julgamento do primeiro processo só ocorreu em 1970 dando tempo de Carlos conseguir se formar em 1969, porém neste período a DOPS estava vigilante. Encontramos um relatório assinado pelo Delegado Chefe do Setor de Segurança da Rede de Viação Paraná - Santa Catarina (RVPSC), que inclusive descreve parte dos discursos pronunciados no XXIII Congresso Ordinário da União Paranaense dos Estudantes, que ocorreu nos dias de 29 de setembro a 1º de outubro de 1967 na capital curitibana. Neste relatório encontramos a informação que “[...] CARLOS MARÉS FILHO, Presidente do DCE Federal, pronunciou na ocasião violento discurso, concitando os universitários ‘a lutarem até as últimas conseqüências contra a ditadura / vergonhosa imposta no Brasil pelo imperialismo’. [...]”. Neste mesmo relatório também informam que notaram a presença de outros participantes líderes do movimento estudantil, como o Vitório Sorotiuk. Além deste relatório há outro sobre o mesmo evento feito pela Polícia Militar do Estado do Paraná, destacando os principais

³² Não conseguimos identificar o nome do mesmo.

³³ Departamento Estadual de Arquivo Público. Arquivo DOPS, UPE - União Paranaense dos Estudantes, pasta 2327, topografia 264.

participantes, como o Carlos Marés Filho.³⁴

Enquanto esteve asilado na Dinamarca Carlos conseguiu atuar como advogado, e como relata: “Eu era o único advogado em São Tomé e Príncipe e me tornei assessor jurídico do presidente da República e dos ministros. [...]”. (SOUZA FILHO *apud* HELLER, 1988, p.321). Na Dinamarca ele conseguiu se estabelecer e viver, inclusive neste país, no ano de 1975, teve seu primeiro filho. Porém quando tentou registrar o filho como cidadão brasileiro debateu-se com os empecilhos burocráticos e somente com interferência do Ministério das Relações Exteriores da Dinamarca foi que meses depois conseguiu fazer o registro da criança. (SOUZA FILHO *apud* HELLER, 1988, p.321). Contraditoriamente encontramos matérias de jornais na DOPS onde o governo diz que nunca houve qualquer tipo de restrição e dificuldades para expatriados registrarem seus filhos nascidos no exterior: “Não é procedente, também, a alegação de que vem sendo negado registro de nascimentos dos filhos, nascidos no exterior, dos brasileiros que, por qualquer motivo residam fora do país. Os menores registrados recebem aliás, regularmente, passaportes” (GAZETA DO POVO, fev. 1978).³⁵

Quando retornou ao Brasil Carlos foi entrevistado pelo jornal Correio de Notícias e reclamou: “Lá o maior problema do exilado político é a total ignorância das autoridades brasileiras no Exterior a sua pessoa. Elas não cumprem suas obrigações, tais como registro de filhos, certificados e traduções, complicando a vida do exilado” (SOUZA FILHO *apud* CORREIO DE NOTÍCIAS, ago. 1979).

O período ditatorial brasileiro, assim como de outros países, foi duramente criticado e condenado pelos Comitês, por violar os direitos humanos, como aquele Comitê que Nelson fez parte em Portugal e também como o que seu irmão Vitório da França ajudou a organizar, o Comitê Brasileiro de Anistia (HELLER, 1988, p.304). Como disse Vitório, ao retornar ao Brasil após a Lei da Anistia de 1979,

[...] Nossa liberdade [de todos os exilados] não veio de cima, mas foi conquistada pelo povo e só voltamos porque todos lutaram, porque a consciência nacional foi sacudida e fez o governo trazer a anistia. Uma anistia que ainda não satisfaz. O governo apenas perdeu, pois ganhou no Congresso, com a votação, mas perdeu nos movimentos. Perdeu, porque o povo continua a exigir anistia ampla, geral e irrestrita (SOROTIUK *apud* CORREIO DE NOTÍCIAS, set. 1979).

E como declarou o presidente do DCE que estava presente na recepção de boas vindas a

³⁴ *Ibidem*.

³⁵ Departamento Estadual de Arquivo Público. Arquivo DOPS, Exilados Subversivos, pasta 957, topografia 117.

Vitório “[...] Hoje recebemos Vitório com alegria, mas a luta continua e só vai parar com o fim do aparato repressivo. A luta do povo brasileiro só terminará com o fim da ditadura militar” (CORREIO DE NOTÍCIAS, set. 1979). O aparato repressivo estava ainda tão latente que durante a recepção, onde existia média de 300 pessoas, havia vários policiais e um agente da DOPS que do alto fotografava a multidão (TRIBUNA DO PARANÁ, set. 1979). Inclusive entre os documentos da DOPS, na pasta individual de Vitório, temos o contato com as fotografias, todas apontando os nomes dos principais fotografados, o que demonstra a continuação da vigilância a Vitório e a outros indivíduos.³⁶

Vitório Sorotiuk era estudante de Direito da UFPR e desde 1966 estava sob vigilância da DOPS, pelo fato de fazer parte do movimento estudantil através do CA Hugo Simas.³⁷ No mês de março deste ano, Vitório foi detido junto com outros dois estudantes antes da realização de uma passeata estudantil na cidade de Curitiba protestando a favor dos estudantes de Belo Horizonte que haviam sido espancados pela polícia dias antes. Segundo o jornal Diário do Paraná os três estudantes apenas foram conduzidos para conversar com o delegado que explicou o motivo de durante a tarde ter confiscado na sede do CA os cartazes que seriam usados na passeata, pois poderiam produzir tumultos, devido os termos que nele se encontravam. Os cartazes diziam: “Nossa Passeata é Pacífica”; “Pancada nos mineiros dói nos paranaenses”; “A fome é negra mas o Castelo é Branco”; “Revolução de 31 de março ou piada de 1º de abril”; “Liberdade para ser espancado” e outras do gênero. (mar. 1966).³⁸

Em outubro de 1966 Vitório e o presidente do CA foram os únicos estudantes a representar o Paraná no Congresso da UNE sendo vigiados pela DOPS. No ano posterior ele foi preso provisoriamente indiciado por ser militante do Partido Comunista do Brasil (PCB), porém ele diz para Heller que não foi membro do partido. (1988, p.301). Mesmo preso foi eleito presidente do CA. Logo foi solto e correndo o risco de ser confinado novamente saiu clandestinamente de Curitiba, percorrendo outros estados brasileiros sempre atuando no movimento estudantil. Participou, por exemplo, da passeata dos cem mil no Rio de Janeiro. Só retornando para Curitiba em 1968 quando foi absolvido do IPM. (HELLER, 1988, p.301-2).

Neste mesmo ano foi para o Congresso da UNE em Ibiúna, onde foi detido por 5 dias junto com outros 15 estudantes³⁹ e depois retornou para Curitiba, não há nenhum relato do mesmo que tenha sofrido alguma tortura. Dois dias depois, em outubro de 1968, ele organizou uma

³⁶ Departamento Estadual de Arquivo Público. Arquivo DOPS, Pasta Individual Vitório Sorotiuk, pasta 3639, topografia 488.

³⁷ Departamento Estadual de Arquivo Público. Arquivo DOPS, Ficha Individual Vitório Sorotiuk.

³⁸ Departamento Estadual de Arquivo Público. Arquivo DOPS, União Paranaense dos Estudantes 1965, pasta 2325, topografia 263.

³⁹ Departamento Estadual de Arquivo Público. Arquivo DOPS, UPE - União Paranaense dos Estudantes, pasta 2327, topografia 264.

manifestação nas ruas da cidade que gerou confronto com a polícia, tendo então que fugir para não ser preso e novamente foi decretada sua prisão preventiva. (HELLER, 1988, p.302).

Logo foi preso, sendo condenado a 5 anos e meio, por conta dos processos, referente ao Congresso de Ibiúna e a participação da passeata dos cem mil que foi realizada após a morte do estudante Edson Luiz. Com redução de algumas penas cumpriu sua sentença, porém

[...] posto em liberdade, não conseguia emprego nem atestado de boa conduta. Sabia que era seguido e não podia visitar os amigos para não levar o DOPS atrás deles. E como estava começando a fase de extermínio, com um grande número de mortes de presos políticos – em 1972-1973 –, e eu temia pela segurança de meus dois irmãos, acabei indo para o Chile (SOROTIUK *apud* HELLER, 1988, p.303).

Não encontramos nenhum relato de Vitório contado como foi seu período de exílio. O que sabemos é que depois de ir para o Chile e ser preso do Estádio, foi para a Suíça e de lá para a França onde lutou pela organização do Comitê pela Anistia (HELLER, 1988, p.304).

O conhecimento sobre a história de exílio dos estudantes paranaenses é escassa, certamente há vários outros estudantes que tiveram que recorrer ao exílio para fugir da repressão que o movimento estudantil sofria. Recuperar estas histórias faz parte da recuperação da história do próprio movimento.

BIBLIOGRAFÍA

- ALVES, Maria Helena Moreira. Estado e Oposição no Brasil. Bauru, SP: Educ, 2005.
- HELLER, Milton Ivan. Resistência Democrática: A repressão no Paraná. Rio de Janeiro: Paz e Terra; Curitiba: Secretaria de Cultura do Estado do Paraná, 1988.
- PENNA FILHO, Pio. O Itamaraty nos anos de chumbo – O Centro de Informações do Exterior (CIEEX) e a repressão no Cone Sul (1966-1979). *In: Revista Brasileira de Política Internacional*. Nº52 (2), 2009. p.43-62.
- ROLLEMBERG, Denise. Exílio: entre raízes e radares. Rio de Janeiro: Record, 1999.
- SERATHIUK, Nelson. Suíça sem açúcar. *In: FERRER, Eliete. (org.). 68 a geração que queria mudar o mundo relatos*. Brasília: Ministério da Justiça, Comissão de Anistia, 2011.
- SCHMITT, Silvana Lazzarotto. Encontros e Desencontros do Movimento Estudantil Secundarista Paranaense. (1964-1985). Dissertação de Mestrado. Universidade Estadual do Oeste do Paraná, Cascavel, 2011.
- RONCAGLIO, Cynthia; SZVARÇA, Décio Roberto; BOJANOSKI, Silvana de Fátima. Os arquivos da DOPS do Paraná. *In: Quadrilátero: revista do arquivo público do distrito federal*. Brasília, v.1, p.27-40, mar./ago. 1998.

Arquivos da DOPS/PR:

- Dossiê Asilados políticos, pasta nº 42, topografia 6, datada de 1957-1982.
- Dossiê Elementos banidos, pasta nº 900, topografia 111.
- Dossiê Elementos banidos, pasta nº 901 topografia 111.
- Dossiê Exilados Subversivos, pasta nº 957 topografia 117.
- Dossiê Retorno dos Exilados e Banidos, pasta nº 1709a, topografia 205.
- Dossiê Retorno de Exilados, pasta nº 1708, topografia 205.
- Dossiê União Paranaense de Estudantes 1965, pasta nº 2325 topografia 263.
- Dossiê UPE - União Paranaense de Estudantes, pasta nº 2327 topografia 264.
- Dossiê Individual Luiz Felipe Ribeiro, pasta nº 2445.
- Dossiê Individual Vítório Sorotiuk, pasta nº 3639, topografia 488.
- Ficha Individual Vítório Sorotiuk.